



10.24065/re.v15i1.2983

ARTIGO

ACESSO ABERTO DE INFORMAÇÃO COMO FATOR IMPULSIONADOR DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA

OPEN ACCESS TO INFORMATION AS A DRIVING FACTOR FOR SCIENTIFIC RESEARCH IN ANGOLA

EL ACCESO ABIERTO A LA INFORMACIÓN COMO FACTOR IMPULSOR PARA LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN ANGOLA

Renato Pereira¹ <https://orcid.org/0000-0002-7375-9646>

Adolfo Caiji Cabeia² <https://orcid.org/0000-0002-9935-3409>

Aníbal Antânio Vuma³ <https://orcid.org/0009-0004-5057-2100>

¹ Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, CEP 01332-000, e-mail: renato.pereira@iscte-iul.pt

² Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), Lisboa, Portugal CEP 1649-026, e-mail: adolfofocabeia@gmail.com

³ Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), Lisboa, Portugal CEP 1649-026, e-mail: av.uma@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise e reflexão sobre o acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola. Com recurso a pesquisa bibliográfica, foi possível concluir com base nos estudos de Costa (2017) e Osvaldo; Rocha; Moraes; Rogério (2023), que apesar de existirem ainda desafios a serem superados, a produção científica em Angola está a registar tendências crescentes através do acesso aberto. Os projetos como PDCT do MESCTI em parceria com a editora científica Elsevier, Sistema Nacional de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNICT), UNI.AO e repositórios institucionais ou outras plataformas como RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulan.ed.ao/>; revista de acesso aberto Journal of Health Sciences, fundações, entre outros, promovem o acesso aberto, fazendo com as pesquisas realizadas em Angola se tornam cada vez mais acessível a um público universal. Relativamente as limitações, a ausência de uma base de dados acessível sobre a produção científica em Angola e a precariedade de estudos sobre o acesso aberto no contexto angolano são fatores condicionantes. Como parte dos estudos fundacionais, para trabalhos futuros, sugerimos um estudo sobre o papel das instituições de Ensino Superior na promoção do acesso aberto.

Palavras-chave: conhecimento; acesso aberto; repositórios; políticas institucionais; Angola.



ABSTRACT

This work aims to develop an analysis and reflection on open access to scientific information as a driving factor for scientific research in Angola. Through bibliographic research, we have concluded, based on studies by Costa (2017) and Osvaldo; Rocha; Morais; Rogério (2023), that despite existing challenges, scientific production in Angola is experiencing upward trends through open access. Projects such as the MESCTI's PDCT in partnership with the scientific publisher Elsevier, the National System of Science, Technology, and Innovation Indicators (SNICT), UNI.AO, and institutional repositories or other platforms like RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulan.ed.ao/>; and the open-access journal "Journal of Health Sciences" contribute to open access, making research conducted in Angola increasingly accessible to a universal audience. However, limitations include the absence of an accessible database on scientific production in Angola and the scarcity of studies on open access in the Angolan context. As part of foundational research, we recommend a study on the role of higher education institutions in promoting open access.

Keywords: knowledge; open access; repositories; institutional policies; Angola.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo: Desarrollar un análisis y una reflexión sobre el acceso abierto a la información científica como factor impulsor para la investigación científica en Angola. Mediante investigación bibliográfica, fue posible concluir basándose en los estudios de Costa (2017) y Osvaldo; Roca; Moral; Rogério (2023), que aunque aún quedan desafíos por superar, la producción científica en Angola está registrando tendencias crecientes a través del acceso abierto. Proyectos como el PDCT de MESCTI, en colaboración con la editorial científica Elsevier, y el Sistema Nacional de Indicadores Científicos (SNICT), UNI.AO y repositorios institucionales u otras plataformas como RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulan.ed.ao/>; La revista de acceso abierto Journal of Health Sciences, fundaciones, entre otras, promueven el acceso abierto, haciendo que la investigación realizada en Angola sea cada vez más accesible para una audiencia universal. En cuanto a las limitaciones, la ausencia de una base de datos accesible sobre la producción científica en Angola y la escasez de estudios sobre el acceso abierto en el contexto angoleño son factores condicionantes. Como parte de los estudios preliminares para futuros trabajos, sugerimos un estudio sobre el papel de las instituciones de educación superior en la promoción del acceso abierto.

Palabras clave: conocimiento; acceso abierto; repositorios; políticas institucionales; Angola.

INTRODUÇÃO

Ao tomarmos conhecimento do evento científico que se realizaria em fevereiro de 2024, nas comemorações dos 20 anos de existência da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte, sem hesitar decidimos participar, levando para o debate, o tema: Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola, motivados pela precariedade de estudos sobre a temática, estando numa era da ciência aberta, período em que é preciso garantir não apenas que o conhecimento científico seja acessível (UNESCO, 21 Setembro 2023), acreditamos ser oportuno nessa fase fundacional para o contexto angolano, abordar com base na revisão bibliográfica, o tema escolhido.

Sendo que, criar e manter uma comunicação científica que viabiliza a promoção e divulgação do conhecimento obtido através de estudos e investigações científicos constitui uma preocupação das Instituições de Ensino Superior e dos Ministérios de tutela. Trata-se, atualmente, de um dos pilares do movimento ciência aberta, uma prática que tem vindo a ganhar relevância no seio da comunidade científica e nas políticas de ciência e tecnologia. Em diferentes regiões do globo, contabiliza-se um total de 16 000 revistas, com cerca de 5,7 milhões

de artigos, abrangendo mais de 120 pa3ses, sendo que a maioria destas revistas n3o cobra taxas de publica33o (Brand3o; Moreira; Tanqueiro, 2021).

O surgimento das tecnologias de informa33o possibilitou a articula33o de esfor3os no acesso aberto a informa33o cient3fica, cuja operacionaliza33o ocorre a partir de duas estrat3gias principais: (1) a via dourada (em que o acesso aberto 3 informa33o no momento da sua publica33o, 3 promovido pelo pr3prio editor), e (2) a via verde (sinal verde de editores para que os autores possam depositar c3pias eletr3nicas das suas publica33es em reposit3rios institucionais) (Costa, 2010).

A princ3pio, os investigadores s3o recompensados pela sua produtividade cient3fica, seja atrav3s da progress3o na carreira, financiamento dos seus projetos e/ou pr3mios cient3ficos, avaliado n3o apenas pela sua dimens3o (quantidade), mas sobretudo pelo seu impacto (qualidade), usualmente associado ao n3mero de cita33es. Por isso, tornar o trabalho cient3fico publicamente acess3vel 3 o principal interesse do investigador (Rodrigues, 2004).

A investiga33o cient3fica no meio acad3mico encontra-se limitada, de alguma forma, pelo facto de que a grande maioria das revistas cient3ficas n3o serem de livre acesso para os utilizadores (comunidade acad3mica), quer em suporte papel quer em formato digital (Oliveira, 2011).

Assim, o acesso aberto 3 um projeto estrat3gico cuja prosseca33o bem-sucedida assegurar3 a concretiza33o de importantes objetivos institucionais (Castro, 2013). Uma opini3o partilhada tamb3m por Costa (2010) ao considerar que o uso de reposit3rios institucionais para a comunica33o acad3mica apresenta muita potencialidade para contribuir com a dissemina33o ampla e global do conhecimento cient3fico.

Em Angola, o semin3rio sobre a cria33o, gest3o e indexa33o de revistas cient3ficas, realizado em Luanda, de 29 de julho a 26 de agosto de 2020 que contou com a participa33o activa de mais de 312 profissionais de 24 pa3ses, considerou que o desenvolvimento da investiga33o cient3fica neste pa3s da 3frica Austral depende da cria33o de uma rede de revistas cient3ficas e a promo33o do acesso aberto 3 informa33o cient3fica (Gungula, 2020). Esse trabalho 3 uma pesquisa bibliogr3fica, que tem como objetivo: Desenvolver uma an3lise e reflex3o sobre o acesso aberto 3 informa33o cient3fica como fator impulsionador da investiga33o cient3fica em Angola.

Entretanto, recorrendo a diferentes estudos anteriores, identificar a import3ncia que vem sendo atribuída ao acesso aberto em Angola, para al3m de ser um dos trabalhos fundacionais que visam a sensibilizar a comunidade cient3fica angolana sobre os benef3cios do acesso aberto

à informação científica, acreditamos contribuir para o conhecimento sobre o impacto do acesso aberto à informação científica no desenvolvimento da investigação científica em Angola.

Num primeiro momento (seção 1) aborda-se os aspetos conceituais e a evolução do acesso aberto à informação científica, em linhas gerais a nível internacional. Seguidamente, (seção 2) foca-se no temático acesso aberto no panorama angolano e as iniciativas até aqui adotadas pelas Instituições de Ensino Superior e dos Ministérios de tutela, bem como o contributo dessas iniciativas no desenvolvimento da investigação científica em Angola.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do estudo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica (artigos científicos, teses, dissertações e livros). Pretendia-se mapear o estado da arte, bem como identificar os conceitos e principais debates em relação ao acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola e erguer uma base sólida para pesquisas futuras.

De igual modo, a pesquisa documental foi necessária para obter dados publicados MESCTI e outros órgãos do Estado, sobre a produção científica em Angola, permitindo produzir as conclusões válidas sobre o tema estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de enveredar para discussão sobre o acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola, para melhor compreensão, fez-se uma breve incursão, contextualizando a ambiente da pesquisa e o acesso aberto.

Breve contextualização do ambiente da pesquisa

Entre todos os seres vivos, nós, os humanos, somos os mais capazes de criar e transformar o conhecimento; somos os mais capazes de aplicar o que aprendemos, por diversos meios, numa situação de mudança do conhecimento. Essas características diferenciam-nos dos patos, dos macacos e dos leões etc. O conhecimento é o conjunto de toda informação que um indivíduo retém na memória, resultante de tudo o que aprendeu durante a vida, quer seja na escola, no local de trabalho ou mesmo na sociedade onde está inserida (Ruas, 2022, p. 39).

Existe outro tipo de conhecimento que Ruas (2022, p. 39), designa-o como conhecimento científico, isto é, resultante do estudo, da investigação metódica e sistémica da

realidade. Procura a apreens3o dos fen3menos para al3m da sua constata3o e descri3o, as suas causas, as leis que os regem, determinam e influencia. Trata-se de uma conquista recente da humanidade, surgido apenas no s3culo XVII. 3 met3dico e sistem3tico, voltado para a resolu3o de problemas inerentes a toda a humanidade (Kauark et al., 2010).

Para Koller, Couto e Hohendorffter (2014), o conhecimento 3 o poder de fazer o Universo evoluir no sentido que se deseja ou necessita, e isto se atinge por meio da pesquisa cient3fica e tecnol3gica.

Reis (2022) na sua abordagem sobre o contributo da investiga3o para o progresso do conhecimento cient3fico considera que os trabalhos acad3micos e cient3ficos, como as disserta3o3es ou teses produzem conhecimento que contribui para a sua evolu3o. 3til para garantir aos investigadores e outros estudiosos do mesmo ramo cient3fico e para a comunica3o empresarial. Mas isso s3 3 poss3vel quando h3 mecanismos de divulga3o desses trabalhos. Uma afirma3o que coincide com a opini3o de Lakatos e Marconi (1992, p. 79), segunda a qual, todo estudioso necessita de transmitir a outras pessoas, com certa frequ3ncia, o fruto de suas atividades, do seu conhecimento. E a transmiss3o pode ser feita atrav3s de mecanismos para divulga3o de trabalhos cient3ficos existentes (Ver o Quadro1).

Quadro 1 - Mecanismos para divulgar trabalhos cient3ficos

Mecanismo	Vantagens	Desvantagens
Apresenta3o em congressos e eventos cient3ficos.	Permite a intera3o direta com outros pesquisadores. Recebe-se um feedback imediato sobre o trabalho, com possibilidade de estabelecer novas parcerias de investiga3o.	3 preciso deslocar, e tempo para participar do evento. E pode haver custos de inscri3o no evento.
Divulga3o em redes sociais e plataformas online.	Possibilidade de alcan3ar um p3blico amplo e diversificado. 3 r3pida e sem custos, facilita o autor interagir com o p3blico e receber feedback.	Para manter a presen3a online 3 preciso tempo e dedica3o, mas tamb3m pode n3o atingir o p3blico-alvo desejado.
Publica3o em revistas cient3ficas	Permite alcan3ar um p3blico amplo e especializado, maior visibilidade e o impacto do trabalho. E contribui para o curr3culo do autor.	Pode ser um processo demoroso, tem um certo grau de complexidade e pode requerer recursos financeiros para custear a publica3o.
Dep3sito em reposit3rios institucionais e de acesso aberto.	Disponibilidade do trabalho para acesso gratuito e imediato, com forte impacto na visibilidade do trabalho e do autor, al3m disso, contribui para o cumprimento de pol3ticas de acesso aberto 3 informa3o cient3fica.	Pode n3o ter o mesmo impacto esperado.
Cria3o de um blog ou site pessoal.	3 uma divulga3o do trabalho de forma mais pessoal e aut3ntica. Com possibilidade de interagir com o p3blico e receber feedback.	Exige dedica3o e tempo.

Participação em podcasts, entrevistas e outros meios de comunicação.	Possibilita divulgar o trabalho para um público amplo e não especializado. Maior visibilidade do autor e da instituição.	Exige dedicação e tempo, como também pode não atingir o público-alvo desejado.
Participação em eventos de divulgação científica.	Um público amplo, em muitos casos não especializado. Promove a interação com o público e receber feedback, contribuindo assim a divulgação da ciência para a sociedade.	É preciso deslocar, e tempo para participar do evento, pode ter custo.
Publicação de livros e capítulos de livros.	Um público amplo, em muitos casos não especializado. Promove o currículo do autor. Possibilidade de obter renda com a venda do livro.	Exige dedicação e tempo e pode implicar custo de publicação

Fonte: Elaboração própria com base a pesquisa sobre os mecanismos de divulgação de trabalhos científicos (2025).

Após a descrição dos mecanismos de divulgação de trabalhos científicos, chama-se a atenção ao leitor para a opção desta pesquisa, não tendo a intenção de alcançar outros tipos de divulgação, fixa – se apenas no depósito em repositórios institucionais e de acesso aberto.

Acesso aberto ou *open access*

O acesso aberto constitui uma alternativa ao antigo paradigma de restrição e falta de visibilidade da produção científica. Uma vez que, tanto os governos como a comunidade científica devem fazer esforços para que o conhecimento científico seja disseminado de forma ampla e gratuita. Para efeitos do presente estudo, entende-se por acesso aberto, a disponibilidade *on-line* gratuita e irrestrita na internet pública das publicações científicas em formato eletrónico, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou vincular os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação, passá-los como dados para *software* ou usá-los para qualquer outro fim lícito, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam aquelas indissociáveis do acesso à própria internet (BOAI, 2002; FCT, 2014).

Rodrigues (2004) considera que chegou o momento de os profissionais deixarem de contar apenas com os recursos de carácter comercial para prestarem melhores serviços aos seus utentes. O seu envolvimento no debate em torno do sistema de publicação científica, a avaliação crítica da qualidade das fontes de informação.

Ainda seguindo no levantamento do Rodrigues (2004), os debates devem incluir também as condições de licenciamento e acessibilidade, a utilização e divulgação da literatura de acesso livre, porque são também estratégias corretas para, a médio e longo prazo, continuar

a garantir que os utentes das bibliotecas portuguesas t3m acesso 3 a informa33o que precisam, em condi33es vantajosas. O acesso aberto n3o isenta direitos autorais, deve ser dar aos autores o controlo sobre a integridade de seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados (BOAI, 2002).

Rodrigues (2004) o acesso aberto 3 a disponibiliza33o livre na internet de literatura de car3cter acad3mico ou cient3fico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos. Incluem-se nesta defini33o nomeadamente, mas n3o exclusivamente, artigos publicados em revistas cient3ficas, atas e outros produtos resultantes de confer3ncias etc.

Ainda sobre os aspetos conceituais, a declara33o da iniciativa de acesso aberto de Budapeste [BOAI] (2002) afirma que uma velha tradi33o (a disposi33o de cientistas e estudiosos de publicar os frutos de suas pesquisas em revistas acad3micas sem pagamento, em prol da investiga33o e do conhecimento), e a nova tecnologia (a internet), convergiram para tornar poss3vel a distribui33o eletr3nica mundial da literatura da revista revisada por pares e o acesso completamente livre e irrestrito a ela por todos os cientistas, acad3micos, professores, estudantes e outras mentes curiosas.

Historicamente, na origem do movimento do acesso aberto est3o os problemas, limita33es e contradi33es do sistema de comunica33o da ci3ncia, em particular os relacionados com as revistas cient3ficas. De facto, nas 3ltimas d3cadas do s3culo XX o crescimento acentuado da literatura cient3fica, nos mais diversos ramos do saber, foi acompanhado pela “comercializa33o”, e pela perda de controlo por parte do mundo acad3mico, do sistema de comunica33o da ci3ncia (Rodrigues, 2004). As pol3ticas de promo33o do acesso aberto conheceram tr3s momentos importante. Trata-se das declara33es de Acesso Aberto: Budapeste, Bethesda e Berlim ou 3Bs/BBB entre os anos de 2001 a 2003 (Andrade; Torrado, 2017, p. 2):

- Declara33o de Budapeste (Hungria): Destaca a disponibiliza33o gratuita das obras criadas na internet, possibilitando que as pessoas leiam, copiem, imprimam, ou que utilizem a obra com qualquer prop3sito. A 3nica barreira ao uso irrestrito da informa33o 3 *copyright* (direitos de autor).
- Declara33o de Bethesda (estado americano de Maryland): O autor (es) e titular de direitos de autor (s) de concess3o (s) a todos os utilizadores um livre irrevog3vel mundial direita, perp3tuo de acesso e uma licen3a para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente, distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para

qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.

- Declaração do Berlim: Por sua vez apresenta duas diretrizes para as contribuições de livre acesso: (1) Zela pela concessão completa de todos os direitos dos autores, com imposição de uso responsável e (2) descreve o formato da obra, que deve ser completo e disponível em repositórios adequados às normas técnicas, de forma a garantir o irrestrito acesso, (...), que seja mantido por uma instituição académica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita.

Apesar dos notáveis avanços na implementação do acesso aberto, persistem muitos desafios, em particular relacionados com um mercado de publicações ainda dominado pelas grandes editoras, que cobram subscrições, e com algumas disfuncionalidades largamente reconhecidas, sobretudo pela comunidade académica e pelas entidades financiadoras de investigação científica (Brandão; Moreira; Tanqueiro, 2021).

Em relação aos benefícios proporcionados pelo acesso aberto, destaca-se a remoção de barreiras de acesso a literatura, enriquecerá a educação, compartilhará o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornará essa literatura tão útil quanto possível e lançará as bases para unir a humanidade em uma conversa intelectual comum e na busca pelo conhecimento (BOAI, 2002). O acesso aberto é economicamente viável, que dá aos leitores um poder extraordinário para encontrar e fazer uso de literatura relevante e que dá aos autores e suas obras uma vasta e mensurável nova visibilidade, número de leitores e impacto (BOAI, 2002).

Tipologia de acesso aberto

Segundo a BOAI (2002), a literatura científica que deve ser livremente acessível online é aquela oferecida pelos próprios pesquisadores sem esperar pagamento. Isso inclui artigos revisados por pares e preprints. Existem diferentes níveis de acesso aberto que ampliam a disseminação do conhecimento. Mendes & Rodrigues (2021) destacam dois tipos de acesso aberto (open access), isto é, acesso aberto legal e acesso aberto ilegal.

(1) Acesso aberto (open access) legal:

(a) Aberto: os utilizadores podem ler e reutilizar a literatura para rastreio automatizado, arquivo ou outros fins;

- (b) Gratuito: os utilizadores apenas podem ler o material;
 - (c) Ouro: o conte3do 3 publicado numa revista de acesso aberto e todos os artigos s3o diretamente acess3veis no site da revista, sem per3odo de embargo;
 - (d) Verde: o conte3do est3 arquivado num reposit3rio;
 - (e) Platina/diamante a publica33o est3 isenta de taxas de processamento de artigos ou de quaisquer encargos para os autores e as publica33es n3o passam por um per3odo de embargo (Weller, 2014; Sotudeh e Estakhr, 2018 apud Mendes; Rodrigues (2021);
 - (f) H3brido: o conte3do 3 publicado numa revista de subscri33o que oferece ao autor uma op33o de acesso aberto mediante o pagamento de uma taxa de processamento do artigo;
 - (h) Embargo: o conte3do 3 publicado numa revista de assinatura, mas 3 de leitura gratuita ap3s um per3odo de embargo;
 - (i) Redes sociais acad3micas: os artigos s3o partilhados pelos autores atrav3s das suas redes sociais acad3micas, como a ResearchGate e a Academia.edu;
- (2) Acesso aberto ilegal: artigos partilhados em sites como o Sci-Hub e o LibGen (plataformas que oferecem acesso gratuito a artigos cient3ficos e livros, respectivamente, contornando barreiras de pagamento de editoras).

Em 2013, o DOAJ¹, em parceria com COPE², OASPA³ e WAME⁴ lan3ou os *Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing*. O documento estabelece 16 diretrizes que abrangem aspectos essenciais da publica33o cient3fica. Inclui temas como revis3o por pares, corpo editorial, direitos autorais, conflitos de interesse e gest3o de receitas. Tamb3m aborda condutas diante de m3 conduta cient3fica e regras para publicidade. Esses princ3pios visam garantir integridade, qualidade e transpar3ncia na comunica33o cient3fica.

¹ Directory of Open Access Journals – DOAJ 3 o Diret3rio de revistas eletr3nicas de acesso aberto, mantido pela Lund University Libraries na Su3cia, que permite a busca pelo t3tulo da revista e do artigo. Diret3rio de Revistas de Acesso Livre (DOAJ: A miss3o do DOAJ 3 manter uma base confi3vel de revistas acad3micas de acesso aberto, assegurando que cumpram padr3es de qualidade. Busca ampliar a visibilidade, dissemina33o e integra33o dessas revistas nos servi3os de bibliotecas e agregadores. Apoia editores na ado33o de boas pr3ticas de publica33o digital. Colabora com diversas entidades para promover um modelo de comunica33o cient3fica mais acess3vel e inclusivo. <http://www.doaj.org/>.

² Comit3 de 3tica em Publica33es – COPE: orienta editores sobre 3tica em publica33es e casos de m3 conduta, oferecendo um f3rum para debate. Embora n3o investigue casos, recomenda que sejam tratados pelas institui33es respons3veis. Espera-se que todos os membros do COPE sigam os C3digos de Conduta para Editores e Publicadores de Revistas. <http://publicationethics.org/>.

³ Open Access Scholarly Publishers Association – OASPA: 3 uma associa33o comercial criada em 2008 para representar os interesses das editoras de Acesso Aberto (AA) em todo o mundo, em todas as disciplinas cient3ficas, t3cnicas e acad3micas. Esta miss3o ser3 realizada atrav3s da troca de informa33es, defini33o de normas, avan3o de modelos, defesa, educa33o e promo33o da inova33o. <http://oaspa.org/>.

⁴ Associa33o Mundial de Editores M3dicos – WAME: a WAME 3 uma associa33o global sem fins lucrativos que re3ne editores de revistas m3dicas com revis3o por pares. Seu objetivo 3 melhorar padr3es editoriais, promover profissionalismo e fomentar a coopera33o entre editores. Tamb3m desenvolve diretrizes e boas pr3ticas para a edi33o m3dica. <http://www.wame.org>.

Open Access Scholarly Publishers Association - OASPA⁵ (2013) se uma organização membro violar as boas práticas, OASPA, DOAJ, COPE e WAME buscarão inicialmente resolver o problema em cooperação. Se não houver solução, a filiação poderá ser suspensa ou encerrada. Cada entidade possui procedimentos próprios para lidar com essas situações. O objetivo é garantir a integridade das publicações científicas. A Tabela 1 descrever os princípios de transparência da DOAJ, (em uma iniciativa conjunta com o *Committee of Publication Ethics, a Open Access Scholarly Publishers Association e a World Association of Medical Editors*).

Quadro 2 - Princípios de Transparência do DOAJ, COPE, OASPA e WAME

Nº	Princípio	Resumo
1	Revisão por pares	Todos os artigos devem passar por revisão especializada, com processo descrito no site da revista.
2	Órgão de administração	Deve existir um conselho editorial com especialistas; nomes e afiliações visíveis no site.
3	Equipa editorial/Contacto	Informações completas da equipa editorial e contatos devem estar disponíveis no site.
4	Taxas de autores	Taxas de publicação devem ser claramente informadas antes da submissão.
5	Direitos de autor	Licenciamento e direitos de autor devem estar explícitos nos artigos e no site.
6	Má conduta científica	Editores devem prevenir plágio, manipulação e falsificação, seguindo as diretrizes do COPE.
7	Propriedade e gestão	Informações sobre quem administra a revista devem ser claras e não enganosas.
8	Website	O site deve refletir padrões éticos e profissionais elevados.
9	Nome da revista	Deve ser único e não causar confusão com outras publicações.
10	Conflitos de interesse	Políticas claras para editores, autores e revisores devem estar publicadas.
11	Acesso	Deve indicar claramente como o conteúdo está disponível e se há custos.
12	Fontes de receita	Modelos de receita (taxas, publicidade, apoios) devem ser informados no site.
13	Publicidade	Política de anúncios deve ser transparente e bem definida.
14	Cronograma de publicação	A periodicidade das edições deve ser informada claramente.
15	Arquivamento	Deve haver plano de preservação digital caso a revista deixe de ser publicada.
16	Marketing direto	Ações de marketing devem ser éticas, direcionadas e discretas.

Fonte: *Directory of Open Access Journals* – DOAJ (2022).

Segundo Hachani (2024), o DOAJ é referência mundial em acesso aberto, reunindo 20.749 revistas de 134 países, em 80 línguas, com 10.393.296 artigos. O Brasil lidera em produção de artigos OA com 335.590 (18,6%), seguido pelo Reino Unido e EUA, e conta com

⁵ A OASPA é uma comunidade diversa de organizações dedicadas à ciência aberta, com a missão de promover o acesso aberto como modelo principal de comunicação científica. Seus membros incluem editoras acadêmicas lideradas por pesquisadores, editoras profissionais, serviços de infraestrutura e outros, atuando em diversas regiões e disciplinas. A associação promove a colaboração global entre os envolvidos no acesso aberto e desenvolve soluções para fortalecer esse ecossistema. Suas atividades são supervisionadas por um Conselho de Diretores eleito pelos membros para mandatos de três anos.

978 revistas (10,9% do total). Os 10 principais pa3ses concentram 63,4% dos artigos OA. Portugal contribui com 79 revistas (0,9%). A 3frica possui cerca de 660 revistas no DOAJ e 178.311 artigos OA em 39 pa3ses, segundo a AJOL.

Analisando o DOAJ, das 4.156 editoras, 42,3% s3o universidades, 12,9% sociedades cient3ficas e 3% editoras comerciais, como Hindawi e Elsevier, que concentram muitos peri3dicos e mega-peri3dicos como PLOS. O acesso aberto no DOAJ 3 composto por 45% de pa3ses perif3ricos (ex: Brasil), 35% centrais (ex: EUA) e 20% semiperif3ricos. No Brasil, 92% dos peri3dicos n3o cobram taxas (modelo platinum). Editoras comerciais mant3m mais peri3dicos com taxas altas, como Nature Publishing. Universidades cobram menos ou nenhuma taxa. O acesso aberto sem taxas representa 70% das revistas, predominando na Am3rica Latina. Na Europa, taxas s3o comuns para sustentar o acesso aberto, com editoras comerciais tendo maior impacto em cita33es e certifica33es (Mendes; Rodrigues, 2021).

De referir que o DOAJ foi criticado por incluir peri3dicos predat3rios, o que levou ao endurecimento dos crit3rios de admiss3o e 3 exig3ncia de nova submiss3o dos peri3dicos j3 indexados. Para garantir a qualidade, conta com especialistas internacionais que oferecem feedback em v3rias l3nguas. O processo de inclus3o 3 gratuito e envolve tr3s etapas: envio do formul3rio, defini33o da tipologia e verifica33o dos dados (DOAJ, 2022).

Acesso aberto 3 informa33o cient3fica e a produ33o cient3fica em angola

Existem diversos fatores que contribuem na promo33o do acesso aberto, tais como os investigadores, as infraestruturas e as pol3ticas p3blicas. Embora n3o sejam os 3nicos fatores determinantes para a democratiza33o de conhecimento e a participa33o ativa da sociedade no processo da investiga33o, por isso, achou-se conveniente na segunda se33o, come3ar com uma discuss3o sobre a pol3tica cient3fica de Angola, seguida da abordagem sobre a evolu33o da produ33o cient3fica em Angola em rela33o ao acesso aberto.

Pol3tica cient3fica em Angola

No peri3do ap3s a conquista da independ3ncia em 1975, foi criada a Universidade de Angola (em 1976), passaria a designara-se Universidade Agostinho Neto (em 1985) e, manteve-se uma 3nica institui33o de ensino superior de 3mbito nacional (Carvalho, 2012). J3 na d3cada de 90, face a procura, o pa3s vai ver surgir a primeira Universidade privada (Universidade Cat3lica de Angola, criada em 1992 e com funcionamento a partir de 1999).

Para Carvalho (2012), devido a necessidade de estabilidade e redimensionamento do Ensino Superior público, através do Decreto 07/09, de 12 de Maio de 2009, que a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi “partida” em 7 universidades de âmbito regional, mantendo-se a UAN a funcionar em Luanda e na província do Bengo, Benguela – Universidade Katyavala Bwila (actua nas províncias de Benguela e Kuanza-Sul), Universidade 11 de Novembro (Cabinda e Zaire), Universidade Lueji-a-Nkonde (Luanda-Norte, Lunda-Sul e Malanje), Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Universidade Mandume ya Ndemufayo (Huíla, Cunene, Kuando-Kubango e Namibe) e Universidade Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte).

Além disso, transformou-se o INAAES (Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação de estudos do Ensino Superior) em Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAARES) (Filho; Aleaga, 2021). E atualmente, no quadro do programa de reformulação do ensino superior, as oito regiões académicas, criadas desde 2009. A título do exemplo, a criação da Universidade Rainha Ginga, em Malange, resultando da fusão dos Institutos Superiores Politécnico e de Tecnologia Agro-Alimentar, a Escola Superior Politécnica, e a Faculdade de Medicina, que anteriormente integrava ULAN.

Vale ressaltar que um ano após redimensionamento do Ensino Superior, Angola lançou-se num vasto projeto ambicioso de formação de Quadros, criando dois instrumentos fundamentais para o efeito: Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) e Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), Com objetivo de apoiar o desenvolvimento, quantitativo e qualitativo, do potencial humano de Angola, condição essencial para a sustentabilidade do desenvolvimento económico, social e institucional e a inserção internacional competitiva da economia angolana (PNFQ, 2012).

Por despacho Presidencial, de 16 de novembro de 2012, foi criada uma Comissão Interministerial para efetivação do PNFQ, coordenada pelo Sr. Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, e integrava ainda os Srs. Ministros da Administração do Território, da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Ensino Superior e o Sr. Diretor do Gabinete de Quadros da Casa Civil do Presidente da República.

O artigo 80º da Lei nº 32/20, de 12 de agosto, estabelece: Estabelecendo que a Organizações do Ensino Superior deve estruturar e assegurar as condições mínimas necessárias a realização de atividades de investigação científica e desenvolvimento experimental, transparência de tecnologia, em conformidade respetivas áreas de saber.

A Lei de Base do Sistema da Educa33o e Ensino, ao destacar a necessidade da promo33o da forma33o, da investiga33o cient3fica e da extens3o universit3ria, implicitamente, revela a preocupa33o do Executivo em aumentar a produ33o cient3fica e a urg3ncia da operacionaliza33o de um reposit3rio nacional de acesso aberto para Angola.

Al3m disso, Angola tem investido em infraestruturas cient3ficas e tecnol3gicas, como o lan3amento da primeira pedra para a constru33o do Parque de Ci3ncia e Tecnologia de Luanda e a constru33o de laborat3rios de ensino e pesquisa (Osvaldo et al., 2023).

Interessa-nos ainda, neste artigo, destacar que o PNFQ que cobriu o per3odo 2013-2020, enquanto instrumento de implementa33o da ENFQ, articulada com a Estrat3gia de Desenvolvimento de Longo Prazo (“Angola 2025”) e com a Estrat3gia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na sua proje33o, definiu como prioridade, a forma33o e capacita33o de professores e investigadores para o Ensino Superior, 4,8 mil Mestres e 1,5 mil Doutores e 140 Doutores nas 7 3reas de Incid3ncia das TICs.

Evolu33o da produ33o cient3fica em Angola em rela33o ao acesso aberto

No per3odo entre 2005 e 2014, se verificou um crescimento de publica33es cient3ficas de Angola em revistas indexadas. Pese embora, nesse per3odo, a produ33o cient3fica de Angola ainda era bastante escassa, em 2014 era da ordem de 2 artigos por milh3o de habitantes tal como a RDC (em compara33o com outros pa3ses; Mo3ambique: 6; Z3mbia: 16; Nam3bia: 59; 3frica do Sul: 175) (Kraemer-Mbula; Scerri, 2015 apud Costa, 2017).

Costa (2017) analisou 408 artigos cient3ficos com autores ligados a institui33es de Angola, publicados em revistas e jornais indexados na plataforma da *WoS*, entre os anos 2007 e 2016. Observando, uma taxa de crescimento m3dio no n3mero de artigos publicados na ordem dos 20%/ano. Uma outra particularidade observada por Costa (2017), dos 408 artigos analisados, o n3mero de artigos publicados s3 por autores de institui33es de Angola 3 somente 30 artigos, enquanto os artigos englobando autorias e coautorias com institui33es estrangeiras 3 de 378 artigos (ou seja 92,6% dos artigos publicados nas v3rias 3reas disciplinares).

Um estudo sobre a produ33o cient3fica realizado por Osvaldo; Rocha; Moraes; Rog3rio (2023), que consistiu em coletar informa33es referentes a documentos indexados na *WoS* e *Scopus* que continham a palavra “Angola” na afilia33o institucional desde 1962 a 2021, o sistema retornou 4.849 registos (2.784 documentos para a *WoS* e 2.065 para a *Scopus*). Aqu3m de pa3ses africanos como a Nig3ria, mediante a busca realizada em 5 de maio de 2022,

em ambas as bases, retornando 27.020 registos, Kenya teve 11.411 registos, Ghana, 6.965 e Etiópia, 7.606, acima de Moçambique, com 1.304, Congo, com 2.375 e Namíbia, com 1.033.

A Dra. Alice do Fátima Pinto, na sua abordagem sobre surgimento do sistema de publicação *Diamond Open Access* marca uma mudança transformadora no cenário editorial académico, frisa a importância da defesa do conhecimento como bem público. Apoiando-se na Constituição da República e na Política Nacional de Ciência (em Angola), Tecnologia e Inovação em vigor, destacou reconhecimento da importância de trabalhar por um ecossistema científico pautado pelo Acesso Aberto (UNESCO, 2024).

O desempenho de Angola em termos de produção científica entre 1995 e 2005 era insignificante 1,4%, enquanto de 1995 a 2013 observou-se um aumento de 18,8%. Foram registados 259 investigadores científicos, dos quais apenas 19% Doutorados (MESCTI, 2014). Ainda que as tendências da produção científica revelam crescente, Osvaldo et al. (2023), afirmam que a produção científica angolana indexada na *WoS* e na Scopus ainda é relativamente pequena, em comparação com outros países congêneres.

No *ranking* do total de revistas dos países africanos, Nigéria e Kenya ocupam, respetivamente, o primeiro e terceiro lugar, tendo África do Sul (380 revistas e 17,1%) e Egito (161 revistas e 7,2%) na segunda e quarta posição, respetivamente. Namíbia ocupa o 19º lugar (com 11 revistas ou 0,5%); Moçambique ocupa o 21º lugar (com 10 revistas e 0,4%); Angola ocupa o 24º lugar (5 e 0,2%) e Congo ocupa o 32º lugar, com duas revistas (Osvaldo et al., 2023).

Gungula (2021) considerando que a criação de uma rede de revistas científicas e a promoção do acesso aberto à informação científica são relevantes para o desenvolvimento da investigação científica em Angola. Por sua vez, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação formalizou, por Despacho N.º 106/2021 de 30 junho, a criação do Grupo Técnico composto por representantes das IES encarregues de dinamizar e implementar as ações inerentes à primeira fase da iniciativa de criação da rede de revistas científicas e promoção do acesso aberto à informação científica em território nacional.

Em Angola, o Estado tem sido o principal impulsionador da investigação científica embora a medida de política como o Regulamento Geral das Instituições Públicas de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Dec. Pres. 125/15), reconhece a necessidade, a importância da criação e participação do sector privado (Costa, 2017).

Ainda que as tend3ncias crescentes da produ33o cient3fica explicam a rela33o existente entre o acesso aberto 3 informa33o cient3fica e o desenvolvimento da investiga33o cient3fica em Angola. Osvaldo; Rocha; Moraes; Rog3rio (2023), evocam a quest3o pertinente da predomin3ncia da l3ngua inglesa, as taxas da produ33o cient3fica seria ainda muito maior se houvesse a aposta na publica33o em outras l3guas, o que sem d3vidas garantiria, assim, uma maior diversidade e inclus3o na comunica33o cient3fica.

Cria33o de reposit3rios e pol3ticas institucionais de acesso aberto para Angola

Angola est3 a aumentar a sua produ33o cient3fica atrav3s do acesso aberto de diversas, apostando em projetos, reposit3rios institucionais, pol3ticas institucionais, revistas de acesso aberto etc.

Projetos: Angola tem um projeto de Desenvolvimento de Ci3ncia e Tecnologia (PDCT), em parceria com a editora cient3fica Elsevier, que nos 3ltimos anos tem multiplicado as a33es para promover a cultura cient3fica por via da forma33o sobre a elabora33o de propostas de investiga33o cient3fica competitivas, avalia33o de propostas de investiga33o cient3fica, publica33o cient3fica e gest3o de projetos de investiga33o cient3fica financiados, ao exemplo do workshop sobre investiga33o cient3fica em fevereiro de 2024, no Hotel Continental Horizonte, em Luanda.

Outro projeto a destacar 3 o programa UNIAO financiado pela Uni3o Europeia (13 Milh3es de Euros), atrav3s da ag3ncia de coopera33o t3cnica francesa, Expertise France, com uma dura33o de 5 anos (2019- 2024), que visa a apoiar o sistema de Ensino Superior angolano na produ33o de conhecimentos e promo33o da inova33o. O programa incentiva a cria33o de novos cursos de p3s-gradua33o, disponibiliza fundos para investiga33o e capacita33es em 3reas relevantes.

Outrossim, o MESCTI lan3ou no ano anterior, o projeto, denominado Sistema Nacional de Indicadores de Ci3ncia, Tecnologia e Inova33o (SNICT), tem como objetivo coletar e analisar dados sobre a produ33o cient3fica no pa3s, priorizado, as publica33es em revistas internacionais indexadas etc.

Reposit3rios institucionais: Neste dom3nio, o reposit3rio angolano de acesso (RANAA), financiado pela Expertise France, da iniciativa do Minist3rio do Ensino Superior Ci3ncia Tecnologia e Inova33o, 3 um espa3o virtual dedicado a armazenar, disseminar, permitir o acesso e preserva33o de toda a produ33o cient3fica nacional, produzida por IES e centros de investiga33o angolanas (artigos cient3ficos e atas de eventos, trabalhos de fim de curso, disserta33es de mestrado, teses de doutoramento etc).

O RANAA beneficia a comunidade científica angolana, permitindo os seguintes ganhos: (1) Aumentar a visibilidade dos nacional e internacional das pesquisas e pesquisadores angolanos; (2) Preservar a memória intelectual do país; (3) Aumento do impacto das produções científicas angolanas; (4) Diminuição das ambiguidades na citação de pesquisadores/autores angolanos etc.

Políticas institucionais: No quadro das políticas institucionais, algumas Universidades e Centros de pesquisa em Angola exigem que os investigadores depositem seus artigos científicos em repositórios institucionais ou outras plataformas de acesso aberto após a publicação. Como é o caso da Universidade Católica de Angola (<https://ucan.ao/>). A Universidade Católica de Angola (UCAN), Universidade Lusíada de Angola, Universidade Jean Piaget de Angola e ISP Jean Piaget de Benguela contam com RANAA via DSpace.

A Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN) possui duas revistas científicas principais: Itinerários (Ciências Sociais e Humanas, anual) e a Revista Angolana de Estudos Multidisciplinares (multidisciplinar, semestral). Também publica a Revista Eletrônica de Direito e o Boletim do Centro de Estudos Linguísticos e Literários. Além disso, edita livros e outros materiais académicos. Todas as publicações estão disponíveis em www.ulan.ed.ao.

Revistas de acesso aberto: Em Angola, existem revistas científicas de acesso aberto editadas por docentes e investigadores nacionais. Destaca-se a Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)⁶, vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade do Huambo, criada em 2017 e lançada em junho de 2020 (e-ISSN: 2789-2832; p-ISSN: 2789-2824) <https://www.racsaude.com/index.php/racsaude>. A Revista Academicus (ISSN: 3005-3633) é uma publicação multidisciplinar online de acesso aberto, com revisão duplo-cega, que visa democratizar o conhecimento globalmente. Incentiva a produção científica em todas as áreas, conforme normas nacionais e internacionais. Todo o conteúdo é disponibilizado gratuitamente (AJOL, 2025).

A revista de investigação angolana, revista de investigação angolana, editada por uma Equipa Multidisciplinar de Profissionais de Saúde, Professores e Investigadores Nacionais, tem como objectivo atribuir fácil acesso à produção científica e dar visibilidade a investigação da mais alta qualidade (em português, inglês e eventualmente espanhol) ajudá-los a tomar melhores decisões no exercício da sua profissão.

⁶ Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm_source=chatgpt.com.

A Revista Angolana de Ciências, inicialmente da Associação Multidisciplinar de Investigação Científica, tornou-se cooperativa com a Universidade Rainha Njinga a Mbande. Multidisciplinar e arbitrada, publica desde 2019 artigos inéditos em português, espanhol e inglês. É semestral, com fluxo contínuo desde 2022, mantida por fundos próprios e utiliza o provedor OAI-PMH (AJOL, 2025).

AJOL (2025) cita também a APIENTIAE, uma revista científica semestral da Universidade Óscar Ribas, comprometida com o desenvolvimento das Ciências, especialmente na difusão do conhecimento gerado por meio de linhas de pesquisa e seus respectivos programas e projetos; (Especialmente relacionado a: Engenharia da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica, Direito, Relações Internacionais, Psicologia, Administração Pública, Gestão e Marketing).

Outra publicação relevante é a Revista Angolana de Ciências (RAC) <https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac>, registada no DOAJ desde 2019 com o título abreviado Rev. Angolana de Ciências, publicada semestralmente pela Associação Multidisciplinar de Investigação Científica. A RAC é indexada por diversas bases internacionais, incluindo ROAD, TITLE DOI, MIRABEL, CROSSREF, FATCAT, ZDB, SUDOC, OPENALEX e EZB e está disponível online em português.

Quadro 3 - Resumo das revistas angolanas de Acesso Aberto registadas pela DOAJ e outras

Título da Revista	ISSN / e-ISSN	Instituição Editora	Periodicidade	Revisão por Pares	Idiomas	Indexações	Ano/Link
Revista Angolana de Ciências (RAC)	e-ISSN: 2664-259X	Associação Multidisciplinar de Investigação Científica + Univ. Rainha Njinga a Mbande	Semestral / Fluxo Contínuo	Duplo-cega	Português, Espanhol, Inglês	DOAJ, ROAD, CROSSREF, MIRABEL, EZB, FATCAT, OPENALEX, SUDOC, ZDB, TITLE DOI	2019 Link DOAJ
Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)	e-ISSN: 2789-2832p- ISSN: 2789-2824	Faculdade de Medicina da Universidad e do Huambo	Semestral	Arbitrada	Português (eventual: inglês/ espanhol)	AJOL	2020 Site RACSaúde
Revista Academicus	ISSN: 3005-3633	Equipa multidisciplinar nacional	Não especificado	Duplo-cega	Português	AJOL	Revista Academicus
APIENTIAE	Não informado	Universidade Óscar Ribas	Semestral	Arbitrada	Português	AJOL	Link não informado

Fonte: Elaboração própria com base a pesquisa nos registos DOAJ (2025).

Financiamento para Pesquisa: Atualmente, em Angola, as agências como Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), Empresas petrolíferas e de gás, Fundação Brilhante, Fundação Sindika Dokolo, o MESCTI, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de Angola (CNCT) entre outras, estão a exigir que os investigadores que recebem financiamento publiquem seus resultados em acesso aberto, disponibilizando a título gratuito, o conhecimento gerado com o financiamento público.

Congressos e eventos científicos: Os congressos e eventos científicos realizados pelas Universidades em Angola estão a promover cada vez mais a apresentação e publicação de trabalhos em acesso aberto. Isso ajuda a aumentar a visibilidade da produção científica angolana e a torná-la mais acessível a um público global. Sousa; Lussinga; Bartolomeu; Robalo (2020), as Universidades, Centros de investigação devem fomentar a cultura científica, de redação e publicação de trabalhos científicos pelas, tendo em conta que a estas, recai a responsabilidade da criação, desenvolvimento e preservação do conhecimento científico.

Capacitação e campanhas de conscientização: O projeto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PDCT), em parceria com a editora científica Elsevier oferecendo workshops e promovendo a importância do acesso aberto. Em 2020 foi realizado um seminário sobre a criação, gestão e indexação de revistas científicas em Luanda em 2020, os participantes consideraram que o desenvolvimento da investigação científica em Angola depende da criação de uma rede de revistas científicas e a promoção do acesso aberto à informação científica (Gungula, 2021).

Atualmente mais de 600 bibliotecários, jovens, investigadores, editores de revistas e académicos angolanos foram formados e, foi criado um Repositório Nacional de Acesso Aberto para Angola, tendo como objetivo o Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul (Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação/Angola, 2024).

Conclusão

Relembramos que o presente trabalho foi realizado com o objetivo de desenvolver uma análise e reflexão sobre o acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola.

Com recurso a pesquisa bibliogr3fica e an3lise documental, apesar de existirem ainda desafios a serem superados, a produç3o cient3fica em Angola est3 a registar tend3ncias crescentes atrav3s do acesso aberto.

As pesquisas realizadas em Angola est3o se tornar cada vez mais acess3vel a um p3blico global, o que est3 a levar a novas colaboraç3es internacionais e a oportunidades de inovaç3o. Estas conclus3es devem ser interpretadas com base nas limitaç3es do estudo.

A aus3ncia de uma base de dados sobre a produç3o cient3fica em Angola e a precariedade de estudos sobre o acesso aberto no contexto angolano s3o fatores condicionantes. Para trabalhos futuros, sugerimos um estudo do papel das instituiç3es de Ensino Superior na promoç3o do acesso aberto.

REFER3NCIAS

ANDRADE, Rebeca de Moura; TORRADO, Enrique Muriel. Declaraç3es de acesso aberto e a Lei de Direitos Autorais brasileira. **Revista Eletr3nica de Comunicaç3o, Informaç3o e Inovaç3o em Sa3de**, nov. 2017. Fiocruz. Dispon3vel em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciet/23722/30.pdf?sequence=2>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AFRICAN JOURNAL SCIENCE – AJOL. **FARMHOUSE Ci3ncia & Tecnologia**, 2025. Dispon3vel em: https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 maio 2025.

ANGOLA. **Plano Nacional de Formaç3o de Quadros – PNFQ (2013-2025)**, 2013. Dispon3vel em: https://docplayer.com.br/15791582-Plano-nacional-de-formacao-de-quadros.html#google_vignette. Acesso em: 20 jul. 2023.

BOAI – BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. **Declaraç3o de Budapeste**, Hungria, 14 fev. 2002. Budapest Open Access Initiative, 2002. Dispon3vel em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/8560>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BOAI – BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. **Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste: 15º anivers3rio**, 2017. Dispon3vel em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRAND3O, Tiago; MOREIRA, Amilton; TANQUEIRO, Sara Ramalho. As pol3ticas de acesso aberto: hist3ria, promessas e tens3es. **Ler Hist3ria**, 2021, p. 253-276. Dispon3vel em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8560>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CARVALHO, Madalena. **O reposit3rio aberto: recuperar, preservar e difundir o conhecimento “em qualquer lugar do mundo”**. 2009. Dissertaç3o (Mestrado) - Universidade Aut3noma de Lisboa, Lisboa. Dispon3vel em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1564>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARVALHO, Paulo de. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 9, p. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.422>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CASTRO, Rui Vieira de. **Acesso aberto ao conhecimento científico**: algumas notas sobre a experiência da Universidade do Minho. 2013. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/45772>. Acesso em: 12 maio 2023.

COSTA, Alexandre de Sousa. **Produção científica em Angola**: análise bibliométrica na Web of Science. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COSTA, Michelli Pereira da. **Modelo de gestão de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica**. 2010. Monografia - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/1548>. Acesso em: 10 maio 2023.

DOAJ - DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS. **Plataforma facilita acesso a periódicos de acesso aberto**, 2022. Disponível em: <https://sbmt.org.br/doaj-plataforma-facilita-acesso-a-periodicos-de-acesso-aberto/>. Acesso em: 10 maio 2023.

HACHANI, Samir. **Open Access in North Africa**: the unavoidability and advantage(s) of cooperation. 2024. DOI: 10.21428/1bfadeb6.31a3c920.

MENDES, Suênia Oliveira; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Open access scientific journals: an analysis of the DOAJ catalogue. **Information Research**, v. 26, n. 4, paper 911, 2021. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/26-4/paper911.html> Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Luís Miguel Alves de. **O papel versus formato digital**: a pesquisa/consulta de livros e revistas no meio universitário. 2011. Dissertação (Mestrado) — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2487>. Acesso em: 20 maio 2023.

OASPA - OPEN ACCESS SCHOLARLY PUBLISHERS ASSOCIATION. **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing**, 2013. Disponível em: <https://www.oaspa.org/news/principles-of-transparency-and-best-practice-in-scholarly-publishing/>. Acesso em: 10 maio 2023.

OSVALDO, Hermenegildo Chitumba et al. Characterization of Angolan scientific production indexed in the Web of Science and Scopus databases. **Revista Transformação**, v. 36, e248502, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e248502>. Acesso em: 10 maio 2023.

RODRIGUES, Eloy. **Acesso livre ao conhecimento**: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. 2004. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/670>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RUAS, João. **Como fazer proposta da investigação, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Maputo: Escolar Editora, 2022.

TÊLLES, Eugénio. As vias do acesso aberto: via verde (Green Road) e via dourada (Gold Road). **Revista Peletron**, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://journals.peletron.science/index.php/revistapeletron/article/view/23>. Acesso em: 10 maio 2023.

UNESCO. **Diamond Open Access**: mudança de paradigma global na publicação académica, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/diamond-open-access-global-paradigm-shift-scholarly-publishing>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Histórico Editorial

Submetido: 20 de outubro de 2025.

Publicado: 01 de dezembro de 2025.

Minicurrículo

Renato Pereira

Professor Auxiliar Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7375-9646>

Adolfo Caiji Cabeia

Professor na Faculdade de Economia da Lunda Norte (Angola). Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9935-3409>

Aníbal António Vuma

Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5057-2100>

-

COMO REFERENCIAR - ABNT

PEREIRA, Renato; CABEIA, Adolfo Caiji; VUMA, Aníbal António. Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 15, e025055, p. 1-21, Jan./Dez., 2025. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2983>

COMO REFERENCIAR - APA

Pereira, R., Cabeia, A. C., & Vuma, A. A. (2025). Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola. *Revista Exitus*, 15, e025055, p. 1-21. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2983>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.